

## **Bairros Económicos do Porto: a casa como arma política**

**Paulo Almeida**

O Estado corporativo e autoritário fundado em 1933 lança em todo o território nacional, mas sobretudo no Porto e Lisboa, o maior programa de construção habitacional alguma vez registado em Portugal, operando uma revolução no sector, com a distribuição de casas em regime de renda resolúvel. O objectivo era resolver o problema habitacional, considerando a falta de habitações salubres a preços acessíveis para classes operárias e empregados. A opção foi a casa unifamiliar, atribuída ao chefe de família, cumprindo os princípios constitucionais, que tinham a família como a primeira célula da sociedade.

As casas eram distribuídas por concurso aos sócios dos sindicatos nacionais (a este grupo cabiam 75 por cento das casas de classe A, as menos luxuosas, e 50 por cento das casas de classe B, C e D, mais luxuosas, com quarto de criada, duas salas, escritório e algumas com cave) e funcionários públicos ou dos organismos do Estado (onde se incluem forças da autoridade e militares). Apesar da propaganda do regime, que até à década de 1960 não se cansa de afirmar que as casas económicas eram destinadas aos “pobres e remediados”, aos “humildes trabalhadores” ou às “famílias menos abastadas”, os seus ocupantes pertenciam à classe média e, em alguns bairros, à classe média alta, quase todos trabalhadores do sector dos serviços.

Com regras jurídicas muito bem definidas e aperfeiçoadas ao longo de dezenas de diplomas, a distribuição das casas, entre 1942 e 1952, no Porto, revela distorções consideráveis, fortes indícios de favorecimentos pessoais e familiares e favoritismo por membros de organismos do Estado, evidenciando, por outro lado, uma clara segregação social e espacial.

Embora o regime cedo tenha consciência que o modelo é um fracasso como medida de resolução do “problema habitacional”, só alterou as regras de construção e distribuição em 1969, numa altura em que os novos empreendimentos eram escassos, abandonando o programa em 1972, pondo fim a uma concepção habitacional que transformara a casa unifamiliar em arma política.